

## **Construção e Desconstrução da Identidade Parda como Identidade Negra em Narrativas das Redes Sociais Digitais<sup>1</sup>**

Dayana K. Melo da SILVA<sup>2</sup>  
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

### **RESUMO**

Os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) revelam que 55,9% da população brasileira é composta por indivíduos autodeclarados negros, dos quais 45,3% são pardos e 10,6% são pretos. Este artigo investiga as estratégias de construção e desconstrução da identidade parda como identidade negra nas redes sociais digitais, concentrando-se nas páginas do Instagram “Parditude” e “Barrados nos portões de Wakanda”. Utilizando a metodologia de etnografia digital e conduzindo análises qualitativas com o auxílio do software ATLAS.ti, exploramos como essas páginas abordam a identidade parda/mestiça e sua relação com a negritude. Essas discussões são igualmente atravessadas por discussões sobre a noção de identidade e da categoria negro como categoria de cor e sujeito político.

**PALAVRAS-CHAVE:** identidade parda; redes sociais digitais; negritude; etnografia digital; colorismo.

### **A QUESTÃO DO PARDO**

De acordo com os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em junho deste ano, 45,3% da população brasileira é composta por pessoas autodeclaradas pardas. Juntamente com os 10,6% de autodeclarados pretos, o grupo de pardos compõe 55,9% da população negra do país, conforme a definição do Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010). A aceção da categoria “negro” como a soma de pardos e pretos é uma conquista política do Movimento Negro Brasileiro que, fundamentado no pensamento de importantes intelectuais e ativistas brasileiros negros e negras, e de pesquisadores como Carlos Hasenbalg (1982) e Nelson do Valle Silva (1978), construiu durante décadas as bases teóricas e empíricas para essa categorização.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Alteridade e Diversidade do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia pela *Université Sorbonne Paris Cité*. Pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados da USP, email: [dayanamelo@usp.br](mailto:dayanamelo@usp.br).

Ao examinar os dados do Censo Demográfico de 1960, Silva concluiu que, do ponto de vista estatístico, pretos e pardos compõem um grupo relativamente homogêneo. Da mesma forma, Hasenbalg, ao analisar os dados da Pnad de 1976, procurou estabelecer uma relação entre a classificação de cor (brancos, pretos e pardos) e características socioeconômicas, a fim de traçar um perfil da estrutura das desigualdades raciais no país. Sua conclusão foi de que “A raça, como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social” (HASENBALG, 1982, p. 89). Nesse mesmo texto, pardos e pretos são interpretados como “não brancos”, “negros”, cuja estrutura de oportunidades sociais é desfavorável em relação ao branco. É certo que a apropriação da categoria “não branco” para a construção da categoria “negro” não se deu sem uma ampla discussão dentro do próprio movimento, que passa a se valer, sobretudo a partir da década de 1990, do expressivo percentual de pardos e pretos como um dos principais *frames* para a construção do argumento segundo o qual a população negra é maioria no Brasil (RIOS, 2014). Assim, conforme afirmação de Szwako e Lavallo (2022, p. 82): “o recurso movimentalista à ‘maioria negra’ herda a cognição e, nesse sentido, depende da lógica categorial da noção sociológica ‘não branco’”.

A compreensão da categoria “não branco” com base em uma única e exclusiva “identidade negra” gerou, por sua vez, controvérsias no campo sociológico e político (CARVALHO, 2004; FRY, 2006), reverberando-se nas disputas, passadas e presentes, pelo significado do próprio termo pardo. Na carta de Pero Vaz de Caminha, a palavra pardo aparece duas vezes para se referir aos indígenas<sup>3</sup>. Já na época do Brasil Colônia e Império, ela era utilizada para se referir aos filhos de pretos com brancos<sup>4</sup>, os mestiços, assim como os mulatos<sup>5</sup>, porém, cuja conotação, mesmo com igual referência a animais, o pardal e o leopardo, parecia ser menos pejorativa e degenerativa que esta última, que faz referência à mula, um animal híbrido e infértil. A palavra pardo também estava

---

<sup>3</sup> Cf. os trechos: “Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas”; “A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos”. O termo pardo aparece três outras vezes no texto, mas para descrever a cor de certos papagaios.

<sup>4</sup> Cf. Silva e Bluteau (1789): “PARDO, adj. de cor entre branco, e preto, como a do pardal. § Homem pardo, mulato”; “PARDO, f. m. fera v. leopardo. *M. Conq.* 9. 60. *B. Pereira* diz que é o macho da onça”.

<sup>5</sup> Cf. Silva e Bluteau (1789): “MULATO, f. m. *mulata* f. filho, ou filha de preto com branca, ou ás aveffas, ou de mulato com branca, até certo grão. § O filho do cavalo, e burra”.

---

presente tanto em anúncios de “escravos fugidos”<sup>6</sup> quanto em anúncios de “venda de escravos”<sup>7</sup> desse mesmo período.

No que se refere aos Censos, a categoria “pardo” é introduzida desde o primeiro levantamento, realizado em 1872, com o objetivo de dimensionar a parcela da população que não se identificava nem como preta, nem como branca. O levantamento obedeceu a dois sistemas de classificação, o racial, que dividia a população entre “pretos”, “pardos”, “brancos” e “caboclos”; e o de condição, que distinguia a população entre “livres”, “escravos” e “libertos” (CAMARGO, 2009). Já no segundo Censo, realizado em 1890, um ano após a Proclamação da República, a categoria “pardo” cede lugar à categoria “mestiço”. Com isso, a mestiçagem assume “o sentido atribuído pelo branqueamento, qual seja o de diluição do sangue negro no cruzamento com os contingentes migratórios, que levaria ao gradual desaparecimento desta população”, ao mesmo tempo em que o Censo passa a atender de modo exímio “às expectativas do novo regime e das velhas elites, subtraindo do jogo político formal os grupos de ex-escravos e sua descendência, ao subsidiar a restrição de sua participação política na apresentação de um determinado retrato da nação e de sua população” (CAMARGO, 2009, p. 369-370).

Essa mesma influência de ideias eugenista fez com que o quesito “raça” fosse retirado do Censo de 1920 sob o argumento de que as respostas não eram confiáveis, especialmente em relação aos mestiços, que costumavam evitar revelar sua cor racial de origem. Uma linha de argumentação que, de acordo com Camargo (2009, p. 37), “confirma a predominância dos pressupostos do branqueamento biológico no pensamento social brasileiro e nos comentaristas censitários”. No Censo de 1940, já com o IBGE, a população passa a ser classificada não mais pela “raça”, e sim pela “cor”, que seriam três: “branca”, “preta” e “amarela”. A escolha pela supressão de uma categoria intermediária obedecia ao entendimento de que a população mestiça se declararia branca, e caso algum indivíduo não se identificasse nem como “branco” nem como “preto”, ele seria considerado como de “cor não identificada”. Porém, conforme afirmação de Campos (2013, p. 83), “para a surpresa dos estatísticos de então, cerca de 20% da população

---

<sup>6</sup> Cf. os seguintes exemplos de anúncios: “[...] ‘pardo claro, de 55 anos, de boa altura, grosso, espadaúdo, cabeça calva e pintado de branco, etc.’” (SOUZA, 2018, p. 4); “[...] ‘era pardo’, mas de cor ‘acaboclada, nariz e boca regulares, cabelos negros e corridos, andava sempre penteado, e era bem parecido, falava bem, andava bem vestido e sempre calçado’. ‘Querendo passar por branco e livre’” (SOUZA, 2018, p. 5).

<sup>7</sup> Cf. os seguintes exemplos de anúncios: “Vende-se um escravo pardo, de 36 anos de idade, boa figura e muito desembaraçado e inteligente para todo o serviço” (FREYRE, 1979, p. 81); “[...] ‘pardinha’: costureira, hábil em fazer crochê e hábil, também, em pentear e, mais, conhecedora de todo serviço doméstico”. (FREYRE, 1979, p. 101).

---

escolheu essa ‘não-categoria’, o que fez com que a classificação ‘pardo’ voltasse ao Censo de 1950”.

No Censo de 1960, as mesmas categorias são empregadas. Em 1970, elas, mais uma vez, desaparecem, mantendo-se estáveis a partir do Censo de 1980, com exceção do Censo de 1991, que passa a utilizar a terminologia cor/raça e a investigar o segmento indígena. Para Szwako e Lavallo (2022, p. 79), “Os sumiços e retornos da categoria ‘pardo’ evidencia um desafio complexo para as agências governamentais e políticas estatais [...] Além disso, a própria categoria ‘pardo’ revela-se uma fonte enigmática de identificação”. Essa definição do pardo como um “enigma” (DAFLON, 2017) ou “paradoxo” (SILVA; LEÃO, 2012) ganha, na atualidade, outras interpretações, como a de “limbo racial”, que descreve um estado de incerteza ou ambiguidade em relação à identidade racial de pessoas pardas/mestiças.

Das lutas políticas do Movimento Negro, que via na fraca “consciência racial” de pessoas autodeclaradas pardas um sintoma do “mito da democracia racial” e da “ideologia do embranquecimento”, de modo a ser preciso fortalecer a busca e orgulho dessas pessoas pela sua identidade negra, observa-se, na atualidade, atitudes de suspeição em relação à identidade negra de pessoas pardas. Em uma pesquisa exploratória preliminar nas redes sociais digitais, registramos uma série de adjetivos pejorativos direcionados a pessoas pardas, sobretudo mulheres pardas, como “afrobege”, “afroconveniente”, “*light skin*”, “paçoquinha”. Mesmo a palavra “mestiça” é usada como forma de deslegitimar o pertencimento negro dessas pessoas. Em face dessa complexidade discursiva, essa pesquisa tem o objetivo de analisar como se dá o processo de construção e desconstrução da identidade parda como identidade negra em narrativas das redes sociais digitais.

Para tanto, direcionamos nossa atenção para duas páginas que atuam no Instagram produzindo e compartilhando informações sobre a condição-parda, a saber: “Parditude”<sup>8</sup> e “Barrados nos portões de Wakanda”<sup>9</sup>. Essas discussões são igualmente atravessadas por discussões sobre a própria noção de identidade e da categoria negro como uma categoria de cor e sujeito político (BRAH, 2006; HALL, 2005). As considerações finais se direcionam para a necessidade de complexificar a identidade parda como uma identidade que também se refere a uma ancestralidade, herança e presença indígena, ao mesmo tempo em que apontam para os perigos da noção de colorismo no enfraquecimento das

---

<sup>8</sup> Disponível em: [www.instagram.com/parditude](https://www.instagram.com/parditude). Acesso em: 30 jul. 2023.

<sup>9</sup> Disponível em: [www.instagram.com/barradosportoesdewakanda](https://www.instagram.com/barradosportoesdewakanda). Acesso em: 30 jul. 2023.

pautas raciais no contexto brasileiro, sendo essa noção, nas palavras da intelectual e militante negra Sueli Carneiro, “um tiro no pé”<sup>10</sup>, sobretudo se consideramos que um dos principais objetivos do projeto de embranquecimento foi a despolitização da população negra por meio da não identificação com a sua origem e pertença racial. Com isso, a questão da diversidade se amplia em dois movimentos interpretados como complementares: a diversidade de ser e do ser-pardo, e a diversidade de ser e do ser-negro.

## **METODOLOGIA E ANÁLISE DO *CORPUS* EMPÍRICO**

Na etapa inicial da pesquisa, utilizamos como método de investigação e análise a etnografia digital (POLIVANOV, 2014). Durante essa fase, que durou de abril a julho de 2023, realizamos o mapeamento, observação e descrição detalhada das atividades e interações nas páginas da rede social Instagram das duas iniciativas investigadas: “Parditude” e “Barrados nos portões de Wakanda”.

Em seguida, por meio da utilização de técnicas de *web scraping*, coletamos as legendas de publicações de imagem e vídeo compartilhadas publicamente nas páginas das duas iniciativas. Da página “Parditude”, foram extraídas as legendas de 27 publicações realizadas entre janeiro e julho de 2023, excluindo-se as publicações cujo caráter foi interpretado como não diretamente relacionado à pesquisa. Já da página “Barrados nos portões de Wakanda”, foram extraídas legendas de 18 publicações realizadas entre julho de 2022 e julho de 2023, excluindo-se as publicações cujo caráter foi interpretado como não diretamente relacionado à pesquisa.

Na análise subsequente das legendas coletadas, utilizamos o software ATLAS.ti para uma abordagem qualitativa. Esse software possibilitou a categorização e codificação de trechos dos textos, permitindo-nos destacar temas recorrentes, conceitos fundamentais e padrões relevantes presentes nas publicações. Por meio da análise sistemática dos dados codificados, foi possível identificar nuances nas narrativas e obter insights mais profundos sobre as perspectivas das idealizadoras e os temas abordados.

Mesmo as duas iniciativas, criadas em 2022, sempre buscarem embasamento teórico e estatístico para suas publicações, além do compartilhamento de experiências

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2mmuyRXHHg0>. Acesso em: 11 jun. de 2023.

peçoais de racismo e busca por pertencimento pelas suas idealizadoras, duas jovens de cor parda, elas diferem em relação à frequência de publicações e número de seguidores. Isso, no entanto, não anula o forte fator de aproximação entre as páginas e justifica a investigação conjunta, bem como a extensão do recorte temporal de uma página em relação à outra<sup>11</sup>.

Analisando inicialmente as publicações da página “Parditude”, identificamos uma centralidade nas discussões sobre identidade racial, mais especificamente sobre identidade parda e identidade mestiça, com enfoque nas pessoas filhas de casais interracialis (brancos e pretos) e cujo fenótipo apresenta uma ambiguidade entre o preto/negro e o branco. Nas publicações da página, preto e negro são apresentados como sinônimos, já pardo é apresentado como uma categoria própria, e não como componente da categoria negro.

Outro fator de destaque é que a temática da identidade racial parda/mestiça aparece nas publicações não apenas para se referir a experiências pessoais de racismo e questionamentos raciais/identitários, mas também para abordar como essas questões afetam pessoas públicas e o debate público:

*“Vanessa da Mata disse isso [‘Não me tire a única coisa que eu sei sobre mim, que eu sou uma mulher preta’] no programa “Saia Justa” do GNT e gerou diversas discussões [...] Por isso resolvi fazer esse post, começando com a reflexão: por que tentam tirar isso de Vanessa da Mata a ponto dela ter que se defender com tanta força? A Alcione já disse algo assim? O Seu Jorge? Algum outro cantor preto? Não. E por que? **Vanessa da Mata é uma mulher mestiça de fenótipo ambíguo. Quando se trata de pessoas mistas, como o Brasil é imenso, a leitura social pode ser diferente**”.* [D 17: Publicação de 29/05/2023, Parditude]

*“Me chamo Preta Maria Gadelha Gil Moreira de Godoy, tenho 42 anos, sou casada, mãe de um homem de 21 anos e avó de uma boneca de 8 meses, **sou filha da mistura. Nasci em um país miscigenado, tenho em mim o sangue indígena dos meus tataravós, sangue negro do meu pai, sangue branco da minha mãe e um coração repleto de amor e orgulho pelas minhas origens**”.* [Trecho de uma fala de Preta Gil], [D 7: Publicação de 27/01/2023, Parditude]

*“Atualmente, devido aos escândalos de racismo que enfrentou da família real, Meghan tem trazido visibilidade **ao debate público sobre o lugar de pessoas mestiças**”.* [D 4: Publicação de 21/01/2023, Parditude]

Por meio da relação discursiva entre identidades mestiças e questionamentos acerca dessas identidades, o elemento emocional também ganha ênfase nas publicações

---

<sup>11</sup> A página “Parditude” conta com 785 publicações e 40 mil e 300 seguidores. Já a página “Barrados no Portões de Wakanda” conta com 19 publicações e 1 mil e 445 seguidores.

analisadas. Isso acontece porque, além de estarem igualmente na base da pirâmide social e vivenciarem cotidianamente o racismo, os argumentos elaborados pela página sugerem que os constantes questionamentos acerca da pertença racial de pessoas pardas podem levar ao cansaço e esgotamento mental, daí a necessidade do autoconhecimento e de buscar referências teóricas que ajudem a entender o próprio processo de composição da sociedade brasileira e a inserção dessas pessoas nesse processo. A esse respeito, vale destacar uma série de publicações intitulada *#viralatasletrados* (Vira-latas Letrados), no qual a idealizadora da página compartilha dicas bibliográficas e percepções de leitura.

**Figura 1 - Visualização da distribuição de palavras nas legendas da página “Parditude” no Instagram**



Fonte: elaborado pela autora com base no ATLAS.ti.

Ao analisar a página “Parditude”, fica evidente que ela se destaca por explorar a temática da identidade racial parda/mestiça centrando-se principalmente em experiências de pessoas de “fenótipo ambíguo”. A própria idealizadora da página utiliza o termo “parditude” como uma noção em desenvolvimento, dedicando-se a esse tema tanto em sua Iniciação Científica quanto em seu Trabalho de Conclusão de Curso. Em contraste, a página “Barrados nos portões de Wakanda” adota uma abordagem irônica, fazendo uma alusão ao fictício reino de Wakanda, inserido no universo Marvel. Essa referência carrega



*“Hoje tenho um entendimento sobre cor e raça muito diferente de quando comecei esse perfil há 1 ano [...] e mesmo assim ainda me vejo presa nesse não lugar racial toda vez que preciso me declarar isso ou aquilo. Fato é que todos os dias a branquitude me lembra que eu não pertencço, não faço parte da mesma classe. Onde então me encaixar? Mas antes mesmo de todos os meus questionamentos pessoais, importante olhar pro contexto de sociedade em que estou inserida e entender a importância de me racializar. Apesar de não ser perfeito, o sistema classificatório de cor e raça do IBGE hoje é o que dá base às nossas políticas públicas e confere acesso aos direitos básicos a milhões de outros brasileiros, confusos com a sua própria identidade, ou não. Entender a grandeza do que foi conquistado ao estabelecer que pardos + pretos = negros é só o início pra começar a questionar e desvendar esse limbo racial em que eu e tantos outros nos enxergamos”.*  
[D 16: Publicação de 15/08/2022, Barrados nos portões de Wakanda]

Nesse sentido, somos convidados pela página a pensar a categoria “pardo” de modo complexo, dialogando, inclusive, com a questão indígena, mas sem necessariamente a opor à categoria “negro”. Assim, para além dos pontos de convergência entre as duas iniciativas, também observamos um possível ponto de divergência que não se constitui, porém, em uma oposição, tendo em vista as constantes interações entre as duas idealizadoras.

## **A EMERGÊNCIA DO NEGRO COMO COR POLÍTICA E SUJEITO POLÍTICO**

No texto *Difference, Diversity, Differentiation* (Diferença, diversidade, diferenciação) publicado em 1996 no livro *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*, Avtar Brah nos mostra como o termo “negro” (*black*) foi durante muitos anos utilizado na Grã-Bretanha para se referir a pessoas de ascendência africana-caribenha e sul-asiática. A autora explica que, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, as pessoas que migraram dessas regiões para a Grã-Bretanha se viram ocupando uma posição estrutural similar dentro da sociedade britânica, com trabalhos mal remunerados e que exigiam pouca ou nenhuma qualificação. E ainda que as estratégias de racialização dessas pessoas variassem em termos de conteúdo, suas experiências com o racismo se assemelhavam.

Brah ressalta que a “não brancura” dessas pessoas foi o referencial comum para o racismo por elas enfrentado, de modo que eram frequentemente descritas como “pessoas de cor”, tanto nos discursos populares quanto nos discursos políticos e acadêmicos. No entanto, esse termo não pode ser interpretado como um mero termo descritivo, mas sim como um código colonial que servia para explicitar a relação de dominação e

subordinação entre o colonizador e o colonizado, ou seja, entre o branco e o não branco. Empregado inicialmente como um elemento discursivo de subalternização, o termo foi logo em seguida apropriado pelas mesmas pessoas às quais se pretendia, por meio da sua utilização, inferiorizar.

Embora os modos precisos como esses conjuntos heterogêneos de pessoas foram racializados não tenham sido idênticos, a condensação do binário branco/não-branco nesse discurso construiu a equivalência e similaridade de experiência, na medida em que enfrentavam práticas de estigmatização, inferiorização, exclusão e/ou discriminação em arenas como emprego, educação, moradia, meios de comunicação, sistema de justiça criminal, aparato de imigração e serviços de saúde. (BRAH, 2006, p. 333).

Esse processo de apropriação e ressignificação do termo “pessoas de cor” e da própria experiência de “racialização” se deu por meio de processos políticos, culturais e econômicos, bem como de uma “nova política de solidariedade”, que emergiu com base nas experiências de racismo vivenciadas por essas pessoas em seu dia a dia. Assim, entre o final dos anos 60 e decorrer dos anos 70, igualmente inspirados pelo movimento *Black Power* dos Estados Unidos da América, que havia ressignificado o conceito de “negro” (*Black*), “transformando-o numa expressão confiante de uma identidade afirmativa de grupo” (BRAH, 2006, p. 333), o termo “negro” foi incorporado por organizações e ativistas africanos-caribenhos e sul-asiáticos como um conceito político de resistência aos racismos centrados na cor da pele, independentemente da tonalidade.

Trata-se de um movimento de rejeição ao “cromatismo”, também conhecido como “colorismo” e “pigmentocracia”, que se refere à diferenciação ou classificação entre negros com base nas variações de tons de cor da pele. Como tão bem destaca Brah (2006), para o movimento *Black Power*, a comunidade negra norte-americana deveria ser pensada em termos de “diáspora africana global”, e não de modo simplesmente geográfico. A constituição do conceito político de “negro” no contexto de definição das “pessoas de cor” da Grã-Bretanha esteve ainda associada a outras categorias e processos, como a categoria de classe social, as lutas anticoloniais e a descolonização na África, Ásia e Caribe.

O que essa leitura de Brah acerca do uso britânico do termo “negro” nos apresenta — mesmo a autora considerando a possível validade de alguns argumentos críticos a essa utilização — é que o conceito “negro”, tendo em vista o dinamismo dos processos culturais e o próprio caráter mediador presente no processo de reivindicação, “não precisa

ser construído em termos essencialistas”, podendo “ter diferentes significados políticos e culturais em contextos diferentes” (BRAH, 2006, p. 335). Ademais, cada uma das culturas nas diásporas tem suas especificidades, mesmo a África Subsaariana é composta por diversos grupos com características culturais que diferem entre si.

Isso posto, nos arriscamos a dizer que a utilização do termo “negro” como “cor política” está presente no Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2006), que considera a população negra brasileira como o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo IBGE, ou que adotam autodefinição análoga, como mulatas, caboclas, cafuzas ou mamelucas. Assim como Brah, a questão que nos colocamos refere-se menos a um juízo de valor sobre a mobilização do termo negro pelo Movimento Negro brasileiro, e mais ao sujeito político que o Movimento Negro brasileiro cria com base na construção de uma narrativa fundamentada em estudos sociológicos, filosóficos e antropológicos e em dados estatísticos segundo os quais pretos e pardos estão na base da nossa pirâmide social, indo diretamente de encontro ao mito da democracia racial.

Nesse sentido, a ideologia do embranquecimento — que propagava que, por meio de relacionamentos interracializados entre “brancos” e “não brancos”, dentro de poucas gerações não existiriam mais negros, indígenas ou pessoas fenotipicamente mestiças no Brasil — parece ter atuado mais no enfraquecimento de uma consciência política racial, do que na real extinção desses povos. Se eu não me reconheço como negro, como reivindicar do Estado brasileiro algum tipo de reparação histórica pelo mal que ele impôs aos meus antepassados sequestrados e escravizados e que são diretamente responsáveis pela minha atual situação de subalternização, bem como pela manutenção da distinção entre brancos e não brancos, dominadores e dominados, colonizadores e colonizados?

Conforme destacado por Abdias Nascimento (1978), o projeto de embranquecimento da raça e da cultura negra consiste em um projeto genocida. Foi por meio do estupro das mulheres negras pelos homens brancos da sociedade dominante que se originou, de acordo com o autor, o “mulato”, o “pardo”, o “moreno”, o “pardavasco”, o “homem de cor”, o “fosco”, sendo igualmente por meio dessas práticas de violação, bem como do incentivo à miscigenação, que se pretendeu eliminar todos eles. Ao observar o crescimento da população branca e decréscimo da população negra nos dados fornecidos pelo IBGE de 1872 a 1950, Nascimento, no entanto, faz a seguinte ressalva:

---

[os dados] mostram um retrato fortemente distorcido da realidade, já que conhecemos as pressões sociais a que estão submetidos os negros no Brasil, coação capaz de produzir a subcultura que os leva a uma identificação com o branco. Temos, então, os mulatos claros descrevendo-se a si mesmos como brancos; os negros identificando-se como mulatos, pardos ou mestiços, ou recorrendo a qualquer outro escapismo no vasto arsenal oferecido pela ideologia dominante. (NASCIMENTO, 1978, p. 78-79).

A atual mudança nesse cenário, no qual a maioria da população brasileira é estatisticamente apresentada como da raça negra, composta por pessoas de cor parda e preta, é um dos grandes fatores de controvérsia observados nas redes sociais digitais e que mereceriam estudos mais aprofundados no campo das ciências humanas e sociais, sobretudo nos campos da comunicação, antropologia, sociologia, psicologia e psicanálise. Aos já mencionados adjetivos pejorativos direcionados a pessoas pardas, constrói-se nessas redes um argumento segundo o qual “ser negro está na moda”, daí a apropriação do “negro” e das políticas direcionadas aos “negros” pelos pardos. Essas pessoas, além de desconsiderarem que a formulação dessas políticas obedece ao quantitativo decorrente da soma da população parda e preta, também parecem esquecer todo o esforço feito pelo Movimento Negro dos anos 70, 80 e 90 na formulação do negro como categoria, cor e sujeito político.

A campanha do Censo 1990, promovida por diferentes organizações civis sob o *slogan* “Não deixe sua cor passar em branco - use o bom c/senso”, é um dos exemplos mais notórios. Na época, a discussão se dava no sentido de até mesmo abandonar a categoria pardo em detrimento da categoria negro. Afinal, se não existiam diferentes categorias de cor para a raça branca, por que o mesmo critério não deveria se aplicar à raça negra?

Como afirma Sueli Carneiro, em um texto de potência e lucidez imensurável, intitulado “Negros de pele clara”:

Uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de serem representados em sua diversidade [...] Um negro ou japonês solitários em uma propaganda povoada de brancos representam o conjunto de suas coletividades. Afinal, negro e japonês são todos iguais, não é? Brancos não. São individualidades, são múltiplos, complexos e assim devem ser representados. Isso é demarcado também no nível fenotípico em que é valorizada a diversidade da branquitude [...] A branquitude é, portanto, diversa e multicromática. No entanto, a negritude padece de toda sorte de indagações. (CARNEIRO, 2004).

---

Mais recentemente, durante uma *live* promovida em 2020 pela editora Companhia das Letras, intitulada “Feminismos negros - Uma homenagem aos 70 anos de Sueli Carneiro”, a intelectual e militante critica a utilização do termo colorismo no contexto brasileiro: “É uma conversa que me incomoda muito essa história de colorismo. Simplificando, eu acho um tiro no pé esse debate. Eu pertencço à geração que teve que se esforçar muito pra construir esse capital político extraordinário constituindo a categoria negro como resultado da somatória de pretos e pardos”<sup>12</sup>. Carneiro vê nessa oposição entre os “mais claros” e os “mais escuros” um retorno ao ponto onde se estabeleceu a crítica aos modelos de partição da identidade brasileira promovidos pelo projeto de miscigenação, cujo resultado foi fracionar a identidade negra, impedindo a unidade entre pretos e pardos como um coletivo único e reivindicante de uma outra forma de inserção na sociedade brasileira.

Em termos de discussão sobre identidades, podemos afirmar que as estratégias de construção da identidade negra como a soma de pretos e pardos obedecem a um processo mais amplo de construção de identidades. Conforme aponta Stuart Hall (2014, p. 110): “as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela”. Nesse caso, a diferença consiste entre o branco e o não branco. Porém, como também nos mostra Hall (2014, p. 111), como não são fixas, as identidades são “constantemente desestabilizadas por aquilo que deixam de fora”. Cabe, pois, em relação à identidade negra, nos questionarmos sobre como a inserção do colorismo no debate pode reformular “aquilo” que é “deixado de fora” e como essa exclusão com base em narrativas essencialistas pode desestabilizar não somente a identidade negra, mas a categoria, cor e sujeito político negro.

Ao analisarmos qualitativamente as publicações e interações presentes nas páginas do Instagram “Parditude” e “Barrados nos portões de Wakanda”, não pudemos deixar de observar que as duas páginas são administradas por duas jovens pardas, cuja cor e fenótipo são facilmente assemelhados aos de muitas brasileiras e brasileiros que estão na base da nossa sociedade, mas que, mesmo assim, tiveram suas identidades e pertença racial em algum momento questionadas.

Com base nessa observação, surge outra consideração: para impedirmos a reprodução do racismo, é necessário, antes, entendermos como ele atua como um

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2mmuyRXHHg0>. Acesso em: 11 de jun. de 2023.

instrumento da “colonialidade do poder” (QUIJANO, 1992). Embora as discussões acerca da racialização das relações de poder possam ser atravessadas por questões sobre a tonalidade da pele das pessoas racializadas, elas nunca devem se limitar a esse aspecto, pois o racismo é sempre sobre poder, dominação e exploração. Ignorar isso é negligenciar como tantos povos dominados foram e são vítimas do racismo, como é o caso dos povos indígenas.

Nessa discussão, cabe ainda um diálogo afetuoso com a ideia de “tornar-se negro” conforme desenvolvida por Lélia Gonzalez (2020) e Neusa Santos Souza (2021), mas que deverá ficar para o desdobramento desta pesquisa, podendo se resumir aqui no argumento apresentado bell hooks, quando ela explica o porquê de ter escolhido como capa da primeira edição de *Black looks: race and representation* (Olhares Negros: raça e representação) a imagem uma nativa norte-americana de pele marrom: “Para mim, aquela imagem era uma narrativa visual que desafiava e interrogava as noções estreitas de identidade e beleza negras, enquanto reforçava, ao mesmo tempo, os laços interétnicos e inter-raciais entre pessoas negras e indígenas na nossa sociedade”. Da mesma forma, a segunda edição da obra traz a imagem da avó materna de hooks, uma mulher negra indígena de cabelos pretos e escorridos, dessa vez “nos desafiando a ver mulheres negras como sujeitos, não como objetos” (hooks, 20019, p. 29).

## REFERÊNCIAS

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 4, p. 361-385, 2009.

CAMPOS, Luiz A. O pardo como dilema político. **Insight Inteligência**. v. 63, p. 80-91, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Negros de pele clara. **Portal Geledés**, 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro>. Acesso em: 16 jul. 2023.

CARVALHO, José M. Genocídio Racial Estatístico, **O Globo**. Rio de Janeiro, 27 de dez. de 2004.

DAFLON, Veronica. **Tão longe, tão perto**: identidades, discriminação e estereótipos de pretos e pardos no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

---

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

FRY, Peter. Ciência Social e política “racial” no Brasil. **Revista USP**, n. 68, p. 180-187, 2006.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. In: **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HASENBALG, Carlos. Raça, classe e mobilidade. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 67-102.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

POLIVANOV, Beatriz Brandão. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Esferas**. v. 1, n. 3, p. 61-71, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, p. 11–20, 1992.

RIOS, Flavia. **Elite política negra no Brasil. Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado**. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, Nelson V. **Black-white Income Differentials: Brazil, 1960**. Tese (Doutorado em Sociologia) — University of Michigan, Ann Harbor, 1978.

SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVA, Graziella Moraes; LEÃO, Luciana T. O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, p. 117-133, 2012.

SOUZA, Arthur Danilo Castelo Branco de; Negros Fújões “Pintados de branco e afetados por forros”. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-PE, 12. 2018, Recife. **Anais** [...] Recife: ANPUH, 2018. p. 1-17.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SZWAKO, José; GURZA LAVALLE, Adrian. Pretos + pardos: uma breve história das classificações raciais, movimentos negros e institucionalização simbólica no Brasil. **Insight Inteligência**, v. 98, p. 76-85, 2022.